

ADITIVO N.º 1 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA E A CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, empresa pública federal brasileira, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, n.º 100, na República Federativa do Brasil ("Brasil"), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.657.248/0001-89 ("BNDES"), por seus representantes legais abaixo assinados, a REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, por intermédio do Ministério de Finanças, localizado na Avenida Urdaneta, Esquina Carmelitas, na Cidade de Caracas, Venezuela, representado pelo Ministro de Finanças, conforme o Decreto n.º 3.296, publicado no Diário Oficial da República Bolivariana da Venezuela n.º 38.081, de 7 de dezembro de 2004 ("REPÚBLICA") e a CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., sociedade anônima constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Praia de Botafogo, 300, 11º andar, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.102.288/0001-82, por seus representantes legais ao final assinados ("EXPORTADOR");

CONSIDERANDO QUE:

(A) Em 31 de dezembro de 2004, as partes deste Aditivo (doravante denominadas "PARTES") celebraram Contrato de Financiamento com vistas a financiar a exportação, pelo EXPORTADOR, de bens e serviços destinados à implantação do projeto de ampliação da Linha 3 do metrô de Caracas ("CONTRATO DE FINANCIAMENTO"), no valor total de US\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

(B) Em atenção às orientações da Assessoria Legal da Oficina de Crédito Público e da Consultoria Jurídica do Ministério de Finanças da República Bolivariana da

Leonardo N. May Lagrera

Assinado

Gerente Substituto - AFX/DEGEX4



Venezuela, a REPÚBLICA solicitou fosse celebrado o Aditivo n.º 1 ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO ("ADITIVO N.º 1"), para que fossem modificadas as cláusulas relativas ao foro, inadimplemento, despesas e prêmio de seguro;

Para os fins deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, o EXPORTADOR assume, de forma irrevogável e irretratável, as obrigações referentes ao reembolso das despesas incorridas pelo BNDES, referentes à negociação, preparação, contratação e registros do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, ficando a REPÚBLICA exonerada de seu cumprimento; e

(D) O BNDES e o EXPORTADOR concordam em atender à solicitação da REPÚBLICA,

as PARTES resolvem celebrar o presente ADITIVO N.º 1, com a finalidade de promover as devidas adequações nos termos do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, estipulando, preliminarmente, que:

I - As cláusulas do CONTRATO DE FINANCIAMENTO que não forem expressamente alteradas pelo ADITIVO N.º 1 e que não conflitarem com seus termos permanecem válidas e eficazes, sendo neste ato ratificadas pelas PARTES;

II - O termo definido CONTRATO DE FINANCIAMENTO passa a englobar o ADITIVO N.º 1 para fim de interpretação dos instrumentos contratuais referentes ao objeto do financiamento;

III - Os termos definidos no ADITIVO N.º 1 têm o mesmo significado a eles atribuídos no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, se de outra forma não for estabelecido neste instrumento.

IV - O ADITIVO N.º 1 entrará em vigor imediatamente e, no que couber, estará sujeito à Declaração de Eficácia do CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

Isto posto, acordam as PARTES:

- **modificar** os itens 10.1 e 10.2 da Cláusula Décima, 18.2 da Cláusula Décima Oitava, 21.3 da Cláusula Vigésima Primeira e 22.1 da Cláusula Vigésima Segunda;

- **suprimir** os itens 22.2 e 22.3 da Cláusula Vigésima Segunda;

- **inserir** os itens 10.3 na Cláusula Décima, 14.9 e 14.10 na Cláusula Décima Quarta e 18.3 na Cláusula Décima Oitava e

Leonardo Nicolay Lagraca
Advogado

Gerente Substituído - AFX/DECEX+



alterar a numeração dos itens 22.4 e 22.5 da Cláusula Vigésima Segunda do CONTRATO DE FINANCIAMENTO,

passando os referidos itens e/ou Cláusulas a vigorar com a seguinte redação, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições:

CLÁUSULA DÉCIMA - DESPESAS

10.1. - O EXPORTADOR deverá, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de cobrança por escrito pelo BNDES, reembolsar ao BNDES todas as despesas comprovadamente incorridas pelo BNDES, referentes à negociação, preparação, contratação e registros do CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

10.2. - As despesas a que se refere o item 10.1 desta Cláusula ficam limitadas a US\$ 15.000,00 (quinze mil dólares dos Estados Unidos da América).

10.3. - A REPÚBLICA deverá, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de cobrança por escrito pelo BNDES, reembolsar ao BNDES todas as despesas comprovadamente incorridas pelo BNDES, referentes a honorários advocatícios e despesas decorrentes da cobrança judicial de qualquer valor decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO”

10.4. - A REPÚBLICA deverá, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de cobrança por escrito pelo BNDES, reembolsar ao BNDES todas as despesas comprovadamente incorridas pelo BNDES, referentes a honorários advocatícios e despesas decorrentes da cobrança administrativa de qualquer valor decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, de acordo com os requerimentos e autorizações exigidas pela legislação venezuelana relativos aos mencionados reembolsos.

“CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INADIMPLEMENTO

(...)

14.9 - O BNDES deverá comunicar, diretamente ou por meio de seu banco mandatário, por escrito, à REPÚBLICA e, quando cabível, ao EXPORTADOR, a ocorrência de qualquer dos Casos de Inadimplemento.

14.10 - A ausência de comunicação prevista no item 14.9 não obstará a aplicação imediata das penalidades cabíveis previstas no CONTRATO DE FINANCIAMENTO”.

Leonardo Freilay Lagroca
Gerente

Gerente Comercial - AFX/BOC/EX

“CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO

18.2 - O pagamento do prêmio de seguro, em montante equivalente a até [REDACTED] do valor do Crédito, deverá ser feito, pela REPÚBLICA, previamente a cada desembolso de recursos nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, diretamente ao BNDES, que deverá repassar o referido prêmio à empresa seguradora do crédito.”

18.3. - Na hipótese de acréscimo da taxa referida na Cláusula 18.2 acima, o EXPORTADOR assume desde já a responsabilidade pelo pagamento de toda e qualquer diferença entre o percentual de responsabilidade da REPÚBLICA e a nova taxa eventualmente definida pelas autoridades brasileiras competentes”.

“CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - EFICÁCIA

(...)

21.3 - A condição para eficácia do presente Contrato deverá ser cumprida até 30 de junho de 2005, sendo que, decorrido esse prazo sem que seja comprovada ao BNDES aquela condição de eficácia, este CONTRATO DE FINANCIAMENTO será automaticamente cancelado.”

“CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E JURISDIÇÃO

22.1 - Este CONTRATO DE FINANCIAMENTO se rege pela lei brasileira, ficando eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias dele decorrentes, salvo se as PARTES, de comum acordo, previamente e por instrumento escrito, eleger outro foro que lhes seja mais conveniente para a solução dos conflitos decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

22.2 - A REPÚBLICA obriga-se a não invocar imunidade de jurisdição em razão de soberania, ou qualquer outro motivo, conforme o caso, seja relativo à condição de governo, seja concernente à qualidade ou capacidade jurídica como entidade estatal, direta ou indiretamente considerada.

22.3 - A REPÚBLICA devera manter agente processual na cidade do Rio de Janeiro, para receber, em seu nome, quaisquer documentos referentes a procedimentos judiciais nas cortes do Rio de Janeiro até que a REPÚBLICA tenha



cumprido todas as suas obrigações decorrentes deste **CONTRATO DE FINANCIAMENTO**".

estarem justos e contratados, as PARTES firmam o presente ADITIVO N.º 1 em (dois) (duas) vias (sendo três vias em português, três em inglês e três espanhol, respectivamente), de igual teor e para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas. Em caso de dúvidas ou controvérsias na interpretação deste ADITIVO Nº 1, a versão em Português deverá prevalecer em relação às demais.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2005.

Pelo BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:

Demian FioCCA
Nome: DEMIAN FIOCCA
Cargo: Vice-Presidente

Armando Marinho Carvalho
Nome: Armando Marinho Carvalho
Cargo: Diretor BNDES

Pela REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA:

Ruddy F. Römer Piretti
Nome: Ruddy F. Römer Piretti
Cargo: Head of the National Public Credit Bureau



Pela CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.:

Carlos Roberto M.A. Dias
Nome: CARLOS ROBERTO M.A. DIAS
Cargo: DIRETOR

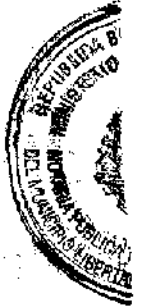
André Amaro da Silveira
Nome: ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA
Cargo: DIRETOR

Testemunhas:

1. *Carlos A. J. Napoleões*
Nome: CARLOS A. J. NAPOLEÕES
R.G.: 2.673.258 (FP)

2. *Carlos Eduardo Cunha de Souza*
Nome: CARLOS EDUARDO CUNHA DE SOUZA
R.G.: 09141731-4 (FP)

Leonardo Nogueira Lagreca
Leonardo Nogueira Lagreca
Advogado
Gerente Substituto AFX/DECEX



CARTARIO DO 69 OFICIO DE NOTAS, Tabelaria: ...
 Tabela: 2509-0334. Tabelaria: ...
 por reconhecimento a firma dos SENEC 478/97
 Cods: 075AEC19/97 (MEL) 075
 Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1997
 Em testamento

Alan Machado de Silva - Herdeiro



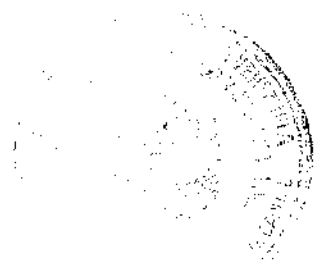
CARTARIO DO 69 OFICIO DE NOTAS, Tabelaria: ...
 Tabela: 2509-0334. Tabelaria: ...
 por reconhecimento a firma dos SENEC 478/97
 Cods: 075AEC19/97 (MEL) 075
 Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1997
 Em testamento

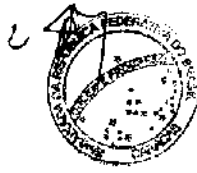
Alan Machado de Silva - Herdeiro



BNDDES - BNDDES

Fornecido por Lei





REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. DISTRITO METROPOLITANO DE CARACAS. NOTARIA PUBLICA TRIGESIMA SEPTIMA DEL MUNICIPIO LIBERTADOR DEL DISTRITO CAPITAL. Caracas, dieciocho (18) de Mayo de dos mil y cinco (2005). 195° y 146°. Este es el ANEXO a que hace referencia el documento redactado por el Abogado ERIC R. MACHUM M., inscrito en el Instituto de Previsión Social del Abogado bajo el N° 112.049, AUTENTICADO en esta misma fecha, según planilla de legalización No. 79901, fecha 16-05-2005, firmado por su otorgante: RUDOLF ROMER PIERETTI, el cual quedó anotado bajo el N° 33, Tomo 25, de los Libros de Autenticaciones llevados por esta Notaría.

EL NOTARIO PUBLICO TRIGÉSIMO SEPTIMO


DR. JULIO A. DUNO O.
 Notario Público Interino Trigesimo Séptimo del Municipio Libertador del Distrito Capital



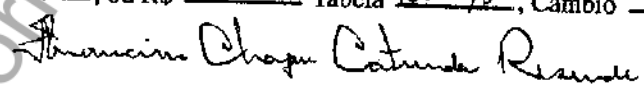
EL OTORGANTE



EMBAIXADA DO BRASIL EM CARACAS_ SERVIÇO CONSULAR

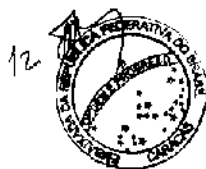
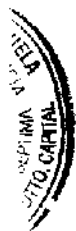
"Reconheço verdadeira, por semelhança, a assinatura neste (ou no anexo) documento, de 132 páginas) Julio A. Duno O., Notário Público do Município Libertador, Distrito Capital, Venezuela

Em Caracas, em 25 / 05 / 2005. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar, com o selo deste Serviço Consular. Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o artigo 2º, do Decreto 84.451, de 31.1.80." Pagou GRATIS, ou R\$ - Tabela 930 a/b, Câmbio -



F. C. Catunda Resende
 Encarregado do Serviço Consular





FIRST AMENDMENT TO THE LOAN AGREEMENT ENTERED INTO BY BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, THE BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA AND CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., ON DECEMBER 31, 2004.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, a federal public corporation with headquarters in Brasília, Federal District, and offices in the City of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, at Avenida República do Chile nº 100, in the Federative Republic of Brazil ("Brazil") registered with CNPJ under nº 33.657.248/0001-89, ("BNDES"), through its undersigned legal representatives; the BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA, through the Ministry of Finance at Avenida Urdaneta, corner of Carmelitas, in the City of Caracas, Venezuela, represented by the Minister of Finance in accordance with Decree nº 3.296, published in the Official Gazette of the Bolivarian Republic of Venezuela Nº 38.081, of December 7, 2004 (the "REPUBLIC"), and **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.**, a corporation incorporated according to the laws of the Federative Republic of Brazil, with headquarters at Praia de Botafogo, 300, 11º andar, Botafogo, in the City of Rio de Janeiro, Estate of Rio de Janeiro, Brazil, in the City of São Paulo, State of São Paulo, Brazil, registered with CNPJ/MF under nº 15.102.288/0001-82, (the "EXPORTER"), through its undersigned legal representatives;

WHEREAS:

(A) On December 31, 2004, the parties to this Amendment (henceforth referred to as the "PARTIES") entered into a Loan Agreement for financing the export, by the EXPORTER, of engineering and building material and services for the implementation of Line 3 of the Underground of Caracas, in the total amount of seventy eight million of United States Dollars (US\$ 78,000,000.00) (the "LOAN AGREEMENT");

(B) Based on the opinion of the Legal Advisors to the Credit Public Bureau and the

Leonardo Nivaldo Lagraca
 Advogado
 Gerente Substituto - AEX/DECEX



In-house Legal Consultants of the Ministry of Finance of the Bolivarian Republic of Venezuela, the REPUBLIC requested to BNDES to sign a first amendment to the LOAN AGREEMENT (henceforth referred to as the "FIRST AMENDMENT") in order to modify clauses related to jurisdiction, events of default, expenses and insurance premium;

(C) For the purpose of the LOAN AGREEMENT, the EXPORTER hereby undertakes, irrevocably and irreversible, the obligation to repay all proven expenses incurred by BNDES regarding the negotiation, preparation, entering into and registration of the LOAN AGREEMENT, as set forth in Clause Ten of the LOAN AGREEMENT; and

(D) BNDES and the EXPORTER agree upon the REPUBLIC'S request.

The PARTIES hereto have decided to enter into this FIRST AMENDMENT, in order to modify certain provisions to the LOAN AGREEMENT and the PARTIES preliminarily establish the following:

I - All provisions to the LOAN AGREEMENT that are not expressly modified by this FIRST AMENDMENT and that do not conflict with it shall remain valid and enforceable, being ratified hereto by the PARTIES;

II - The expression LOAN AGREEMENT shall henceforth include this FIRST AMENDMENT for interpretation purposes of all contracts related to the financing granted in favour of the REPUBLIC.

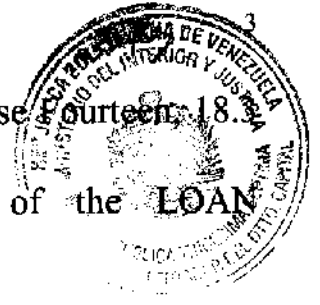
III - The terms defined in the FIRST AMENDMENT shall have the same meaning given to them in the LOAN AGREEMENT unless it is otherwise established by the PARTIES in this FIRST AMENDMENT.

IV - The FIRST AMENDMENT enters into force on the date hereof and, if applicable, shall be subject to the Effective Date of the LOAN AGREEMENT.

THEREFORE, the PARTIES agree to:

- modify Sections 10.1 and 10.2 of Clause Ten, 18.2 of Clause Eighteen, 21.3 of Clause Twenty One and 22.1 of Clause Twenty Two of the LOAN AGREEMENT;
- exclude Section 22.2 and 22.3 of Clause Twenty Two of the LOAN AGREEMENT;

Leandro ...
Ar ...
...



- include Sections 10.3 in Clause Ten, 14.9 and 14.10 in Clause Fourteen of Clause Eighteen of the LOAN AGREEMENT; and
- modify the numeration of Sections 22.4 and 22.5 of the LOAN AGREEMENT;

Therefore, these Sections shall be read as follows, remaining unchanged all of the other provisions of the LOAN AGREEMENT:

“CLAUSE TEN - EXPENSES

10.1. - The EXPORTER shall repay to BNDES, within five (5) business days of being charged in writing by BNDES, all proven expenses incurred by BNDES, regarding the negotiation, preparation, entering into and registration of the LOAN AGREEMENT.

10.2. - The expenses set forth in Section 10.1 of this Clause are limited to US\$ 15,000.00 (fifteen thousand United States dollars).

10.3. - The REPUBLIC shall repay to BNDES, within five (5) business days of being charged in writing by BNDES, all proven expenses incurred by BNDES regarding the legal fees and expenses derived from the judicial enforcement of any amount under the LOAN AGREEMENT.”

10.4 - The REPUBLIC shall repay to BNDES, within five (5) five business days of being charged in writing by BNDES, all proven expenses incurred by BNDES regarding the administrative enforcement of any amount under the LOAN AGREEMENT, pursuant to the Venezuelan law requirements and authorizations related to such repayment.

“CLAUSE FOURTEEN – EVENTS OF DEFAULT

(...)

14.9 – BNDES shall notify the REPUBLIC in written and, if applicable, the EXPORTER, directly or by its Agent Bank, upon the occurrence of any Event of Default.

14.10 – The non-notification of the REPUBLIC as referred to in Section 14.9 of this Clause shall not be deemed as a waiver of any of the relevant applicable penalties due under this LOAN AGREEMENT.”

Leonardo Nixón Lagares
Abogado
Gerente, Substituto - AEX/DECEXT



“CLAUSE EIGHTEEN - INSURANCE

(...)

18.2. The payment of the insurance, in an amount equivalent up to amount of the Credit, shall be made before each disbursement under this LOAN AGREEMENT by the REPUBLIC directly to BNDES, who will transfer such premium to the export credit insurance company.

INFORMAÇÃO SIGILOSA

18.3. – If the amount of the insurance premium referred to in Clause 18.2 hereinabove is in any manner raised by the Brazilian Authorities, the EXPORTER hereby undertakes to pay any amount related to the difference between the actual amount of the insurance premium charged by the Brazilian Authorities and the amount of the insurance premium referred to in Clause 18.2, to which the REPUBLIC remains committed”.

“CLAUSE TWENTY ONE – EFFECTIVE CLAUSE

(...)

21.3 The condition for the effectiveness of this LOAN AGREEMENT shall be fulfilled until June 30th, 2005. In the event that such condition its not accomplished within this term this LOAN AGREEMENT shall be automatically cancelled”

“CLAUSE TWENTY-TWO – GOVERNING LAW AND JURISDICTION

22.1 – This LOAN AGREEMENT shall be governed by Brazilian laws. The Federal Court of Rio de Janeiro, Brazil, is chosen to settle any questions or disputes arising from this LOAN AGREEMENT, except if the PARTIES, upon previous written agreement, agree to choose any other Court for their benefit to solve any conflict arising from the LOAN AGREEMENT.

22.2 – The REPUBLIC undertakes not to invoke immunity of jurisdiction due to sovereignty, or any other reason, as the case may be, whereas related to a government condition or concerning the quality or legal capacity as a state entity, directly or indirectly considered

22.3. – The REPUBLIC shall have a process agent in Rio de Janeiro to receive on its behalf any and all documents relating to any proceedings in the Federal Courts of Rio de Janeiro, until its all obligations under this LOAN AGREEMENT are fully accomplished ”.

Leonardo N. Legreca
Gerente Substituto AEX/DECEX



In witness whereof the PARTIES execute this instrument in nine (9) counterparts (three of each in Portuguese, English and Spanish, respectively) of identical content and for one single purpose, in the presence of the two (2) undersigned identified witnesses. In case of doubt or controversy on the interpretation of this FIRST AMENDMENT, the Portuguese version shall prevail.

Rio de Janeiro, April 25, 2005.


For BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:

Demian Fiocca
 Name: DEMIAN FIOCCA
 Title: Vice-Presidente

Armando Mariante Carvalho
 Name: Armando Mariante Carvalho
 Title: Diretor BNDES

For the BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA:

Rudolf J. Pizarro
 Name: Rudolf J. Pizarro
 Title: Head of the National Public Credit Bureau



For CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.:

Carlos Roberto M.A. Dias
 Name: CARLOS ROBERTO M.A. DIAS
 Title: DIRETOR

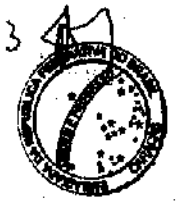
Andae Amaro da Silveira
 Name: ANDAE AMARO DA SILVEIRA
 Title: DIRETOR

Witnesses:

1. Carlos A. Napoleão
 Name: CARLOS A. NAPOLEÃO
 R.G.: 2.673.258 IFP

2. Carlos Eduardo Cunha de Souza
 Name: CARLOS EDUARDO CUNHA DE SOUZA
 R.G.: 091.71731-4 (1PP)

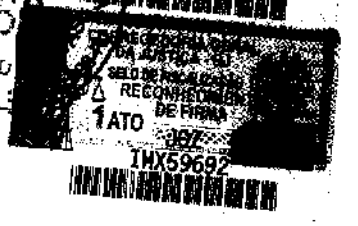
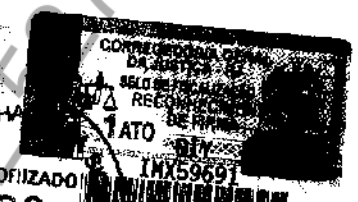
Andae Amaro da Silveira
 Name: ANDAE AMARO DA SILVEIRA
 Title: DIRETOR



CARTELA DE...
 Tel: 050-07540...
 por...
 Cód: 07540...
 Río de...
 En...

CARTELA DE...
 Tel: 050-07540...
 por...
 Cód: 07540...
 Río de...
 En...

BBNDES
 Fornecido por SIC - BBNDES
 Lei 12.727/2017





REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. DISTRITO METROPOLITANO DE CARACAS. NOTARIA PUBLICA TRIGESIMA SEPTIMA DEL MUNICIPIO LIBERTADOR DEL DISTRITO CAPITAL. Caracas. dieciocho (18) de Mayo de dos mil cinco (2005). 195° y 146°. Este es el ANEXO a que hace referencia el documento redactado por el Abogado ERIC R. MACHUM M., inscrito en el Instituto de Previsión Social del Abogado bajo el N° 112.049, AUTENTICADO en esta misma fecha, según planilla de liquidación No. 79901, fecha 16-05-2005, firmado por su otorgante: RUDOLF ROMER PIERETTI, el cual quedó anotado bajo el N° 33, Tomo 25, de los Libros de Autenticaciones llevados por esta Notaria.

EL NOTARIO PUBLICO TRIGÉSIMO SEPTIMO

EL OTORGANTE


Dr. JULIO A. DUNO O.
 Notario Pública Interino Trigésimo Séptimo
 del Municipio Libertador del
 Distrito Capital

EMBAIXADA DO BRASIL EM CARACAS_ SERVIÇO CONSULAR

"Reconheço verdadeira, por semelhança, a assinatura neste (ou no anexo) documento, de 12 páginas Julio A. Duno O., Notario Publico do Municipio Libertador, Distrito Capital, Venezuela

Em Caracas, em 25 / 05 / 2005. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar, com o selo deste Serviço Consular. Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o artigo 2º, do Decreto 84.451, de 31.1.80." Pagon GRATIS, ou RS — Tabela 930 a/b, Câmbio: —



F. C. Catunda Resende
 Encarregado do Serviço Consular



BNDES



Eric Machum M.

ERIC R. MACHUM M.
C.I.: 14.800.110
INPRE.: 112.048
Cul.Abg.: 64287



NOTARIA PUBLICA

DEL MUNICIPIO EXPORTADOR

Recibido el: 16 MAY 2005

Plantilla N°: 79901

Fecha para el día: 16 MAY 2005

Derechos arancelarios: _____

PRIMERA ENMIENDA AL ACUERDO DE PRESTAMO CELEBRADO ENTRE EL BANCO NACIONAL DE DESARROLLO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA Y LA CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A. EN 31 DE DICIEMBRE DE 2004:

EL BANCO NACIONAL DE DESARROLLO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, una compañía pública brasileña, con sede principal en Brasilia, Distrito Federal, y oficina de servicios en la Ciudad de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, en la Avenida Republica del Chile, n.º 100, República Federativa del Brasil ("Brasil"), registrada en el CNPJ/MF bajo el n.º 33.657.248/0001-89 ("BNDES"), por sus representantes legales abajo suscritos, la REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, por intermedio del Ministerio de Finanzas, situado en la Avenida Urdaneta, Esquina Carmelitas, en la Ciudad de Caracas, Venezuela, representado por el Ministro de Finanzas, conforme la Resolución n.º 3.296, publicada en el Diario Oficial de la República Bolivariana de la Venezuela n.º 38.081, de 7 de diciembre de 2004 ("REPUBLICA"), y la CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., sociedad anónima constituida bajo las leyes de la República Federativa de Brasil, con sede en Praia de Botafogo, 300, 11º andar, Botafogo, en la Ciudad de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, inscrita en el CNPJ/MF bajo el n.º 15.102.288/0001-82, por sus representantes legales abajo suscritos ("EXPORTADOR");

CONSIDERANDO QUE:

(A) En 31 de diciembre de 2004, las partes de esta Enmienda (en lo adelante denominadas "PARTES") celebraron Acuerdo de Prestamo con vistas a financiar la exportación, por el EXPORTADOR, de bienes y servicios destinados a la implantación del proyecto de ampliación de la Línea 3 del metro de Caracas ("ACUERDO DE PRESTAMO"), por el monto de hasta EE.UU.\$ 78.000.000,00 (setenta y ocho millones de dólares de los Estados Unidos de la América).

(B) En atención a las orientaciones de la Asesoría Legal de la Oficina de Crédito Público y de la Consultoría Jurídica del Ministerio de Finanzas de la República Bolivariana de Venezuela, la REPUBLICA solicitó que fuese celebrado la Primera Enmienda al ACUERDO DE PRESTAMO ("PRIMERA ENMIENDA"), para que fuesen modificadas las cláusulas relativas al foro, incumplimiento, gastos y prima de seguro;

Leonardo Odebrecht S.A.

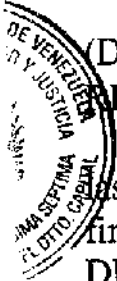
Garante del Proyecto - AER/0001/EXT

BNDES

(C) Para los fines de este ACUERDO DE PRESTAMO, el EXPORTADOR asume, de forma irrevocable y irrevocable, las obligaciones referentes al reembolso de los gastos incurridos por el BNDES, referentes a la negociación, preparación, contratación y registros del ACUERDO DE PRESTAMO, quedando la REPÚBLICA exonerada de su cumplimiento; y



(D) El BNDES y el EXPORTADOR acuerdan en atender a la solicitud de la REPÚBLICA,



Las PARTES deciden celebrar la presente PRIMERA ENMIENDA, con la finalidad de promover las debidas adecuaciones en los términos del ACUERDO DE PRESTAMO, estipulando, preliminarmente, que:

I - Las cláusulas del ACUERDO DE PRESTAMO que no sean expresamente alteradas por la PRIMERA ENMIENDA y que no estén en conflicto con sus términos permanecen válidas y eficaces, sendo en este acto ratificadas por las PARTES;

II - El término definido ACUERDO DE PRESTAMO pasa a englobar la PRIMERA ENMIENDA para fines de interpretación de los instrumentos contractuales referentes al objeto del Financiamiento;

III - Los términos definidos en la PRIMERA ENMIENDA tienen el mismo significado a ellos atribuidos en el ACUERDO DE PRESTAMO, si de otra forma no es establecido en este instrumento.

IV - La PRIMERA ENMIENDA entrará en vigor inmediatamente y, en lo aplicable, estará sujeto a la Declaración de Eficacia del ACUERDO DE PRESTAMO.

Así, deciden las PARTES:

modificar las secciones 10.1 y 10.2 de la Cláusula Diez, 18.2 de la Cláusula Dieciocho, 21.3 de la Cláusula Veintiuna y 22.1 de la Cláusula Veintidós;

suprimir las secciones 22.2 y 22.3 de la Cláusula Veintidós;

insertar las secciones 10.3 en la Cláusula Diez, 14.9 y 14.10 en la Cláusula Catorce y 18.3 en la Cláusula Dieciocho y

alterar la numeración de las secciones 22.4 y 22.5 de la Cláusula Veintidós del ACUERDO DE PRESTAMO,



Leonardo Nivolay Lagreca
Abogado
Gerente Substituto - AEX/DECEXT

pasando las referidas secciones y/o Cláusulas a vigorar con la siguiente redacción, permaneciendo inalteradas las demás cláusulas y condiciones:




CLÁUSULA DIEZ - GASTOS

10.1) – El EXPORTADOR deberá, dentro de los 5 (cinco) días hábiles de la fecha de cobro por escrito por el BNDES, reembolsar al BNDES todos los gastos comprobadamente incurridos por el BNDES, con relación a la negociación, preparación, contratación y registros del ACUERDO DE PRESTAMO.

10.2. – Los gastos a que se refiere la sección 10.1 de esta Cláusula quedan limitadas a EE.UU.\$ 15.000,00 (quince mil dólares de los Estados Unidos de la América).

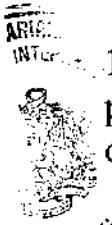
10.3. – La REPÚBLICA deberá, dentro de 5 (cinco) días hábiles de la data de cobranza por escrito por el BNDES, reembolsar al BNDES todos los gastos comprobadamente incurridos por el BNDES, referentes a los honorarios de abogado y gastos decurrentes de la cobranza judicial de cualquier monto decurrente del ACUERDO DE PRESTAMO”



10.4 – La REPÚBLICA deberá, dentro de 5 (cinco) días hábiles de la data de cobranza por escrito por el BNDES, reembolsar al BNDES todos los gastos comprobadamente incurridos por el BNDES, referentes a los honorarios de abogado y gastos decurrentes de la cobranza administrativa de cualquier monto decurrente del ACUERDO DE PRESTAMO, de acuerdo con los requerimientos y autorizaciones exigidas por la legislación venezolana relativos a los mencionados reembolsos.

“CLÁUSULA CATORCE - INCUMPLIMIENTO

(...)



14.9 - El BNDES deberá comunicar, directamente o a través de su Banco Agente, por escrito, a la REPÚBLICA y, cuando aplicable, al EXPORTADOR, la ocurrencia de cualquier de los Casos de Incumplimiento.

14.10 – La ausencia de comunicación prevista en la sección 14.9 no obstará la aplicación inmediata de las penalidades aplicables previstas en el ACUERDO DE PRESTAMO”.



Leonardo Nolasco Lagreca
Abogado
Gerente Substituto 47X/DECEX4

“CLÁUSULA DIECIOCHO - SEGURO

(...)



El pago de la prima de seguro, en montante equivalente a hasta **INFORMAÇÃO SIGILOSA** del monto del Crédito, será efectuado, por la REPUBLICA, previamente a cada desembolso de recursos bajo los términos de este ACUERDO DE PRESTAMO, directamente al BNDES, que deberá repasar la referida prima a la empresa aseguradora del crédito.”

18.3. - En la hipótesis de acrecimientos de la tasa referida en la Sección 18.2 de esta Cláusula, el EXPORTADOR asume desde ahora la responsabilidad por el pago de toda y cualquier diferencia entre el porcentual de responsabilidad de la REPÚBLICA y la nueva tasa eventualmente definida por las autoridades brasileñas competentes”.

“CLÁUSULA VEINTIUNA – EFECTIVIDAD

21.3 - La condición de efectividad del presente Acuerdo deberá ser cumplida hasta el 30 de junio de 2005, siendo que, decorrido ese plazo sin que sea comprobada al BNDES aquella condición de efectividad, este ACUERDO DE PRESTAMO estará automáticamente cancelado.”

“CLÁUSULA VEINTIDÓS - LEGISLACIÓN APLICÁBLE y JURISDICCIÓN

22.1 - Este ACUERDO DE PRESTAMO se registrá por las leyes del Brasil, quedando electo el foro de la ciudad de Rio de Janeiro, Brasil, para dirimir cualquier duda y controversia del decurrentes, salvo si las PARTES, de común acuerdo, previamente y por instrumento escrito, elegir otro foro que les sea más conveniente para la solución de los conflictos decurrentes del ACUERDO DE PRESTAMO.

22.2 - LA REPÚBLICA se obliga a no invocar inmunidad de jurisdicción en razón de soberanía, o cualquier otro motivo, conforme el caso, sea relativo a la condición de gobierno, sea concerniente a la calidad o capacidad jurídica como entidad estatal, directa o indirectamente considerada.



Leonardo S. Volpe Lagroca
A. O. C. S. N.

Caracas, Septiembre 14 de 2004

BNDES

22.3 - LA REPÚBLICA deberá mantener un agente en la ciudad de Rio de Janeiro, para recibir, a su nombre, cualquier documento referente a procedimientos judiciales en las cortes de Rio de Janeiro hasta que la REPÚBLICA haya cumplido todas sus obligaciones decurrentes de este ACUERDO DE PRESTAMO



Para estar justos y contratados, las PARTES firman la presente PRIMERA ENMIENDA en 9 (nueve) vías (sendo tres vías en portugués, tres en inglés y tres en español, respectivamente), de igual tenor y para un solo efecto, en la presencia de los (dos) testigos abajo suscritos. En caso de dudas o controversias en la interpretación de esta PRIMERA ENMIENDA, la versión en Portugués deberá prevalecer con relación a las demás.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2005.

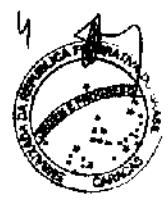
Por el BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMIENTO ECONÓMICO y SOCIAL - BNDES:

Nombre: Demian Fiocca
Cargo: DEMIAN FIOCCA
Vice-Presidente

Nombre: Armando Marante Carvalho
Cargo: Armando Marante Carvalho
Diretor BNDES

Por la REPÚBLICA BOLIVARIANA de VENEZUELA:

Nombre: Rudolf J. Romero
Cargo: Head of the National Public Credit Bank



Por la CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.:

Nombre: CARLOS ROBERTO M. A. DIAS
Cargo: DIRECTOR

Nombre: ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA
Cargo: DIRECTOR

Testigos:

1. Carlos A.J. Napoleão
Nombre: CARLOS A.J. NAPOLEÃO
Id. 2.673.258 ZFP

2. Leonardo N. Olay Lagroca
Nombre: CARLOS EDUARDO CUNHA DA SILVA
Id. 09171731-4 (IAP)

Leonardo N. Olay Lagroca
Abogado
Oficina: Caracas - APT. 1000 - FAX: 0212-9000000



CARTARIO NO 40 DE JANEIRO DE 1974
 Tel: 2509-0334. TALLERES
 por semejança e firma do Sr. ALAN
 (1-1467)
 Cod: 075A7CE (1-1467)
 Rio de Janeiro, 1974
 Em testemunho

Alan Machado de ...

CARTARIO NO 40 DE JANEIRO DE 1974
 Tel: 2509-0334. TALLERES
 por semejança e firma do Sr. ALAN
 Cod: 075A601 (1-1467)
 Rio de Janeiro, 1974
 Em testemunho

Alan Machado de ...



Fornecido por BNDDES Lei 7122/73



VIENE DE REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA DE LIQUIDACIÓN
Nº. 79901 de fecha 16-05-2005.
Nº. 33 Tomo 25
EL NOTARIO PÚBLICO



REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. DISTRITO METROPOLITANO DE
CARACAS. NOTARIA PUBLICA TRIGESIMA SEPTIMA DEL MUNICIPIO
LIBERTADOR DEL DISTRITO CAPITAL. Caracas, Dieciocho (18) de

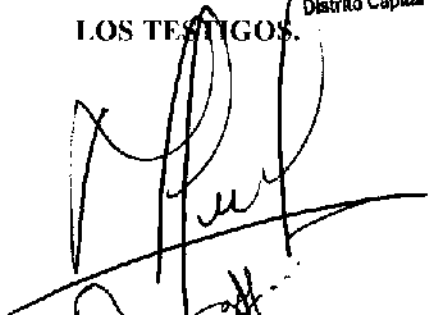
Mayo del dos mil cinco. (2005). 195º y 146º. El anterior documento
redactado por el Abogado **ERIC R. MACHUM M.**, inscrito en el Instituto de Previsión
Social del Abogado bajo el Nº. **112.049**, fue presentado para su **AUTENTICACION y**
DEVOLUCION, según planilla de liquidación Nº. **79901**, de fecha **16-05-2005**, de
conformidad con lo establecido en la Ley de Arancel Judicial. Presente su otorgante dijo
llamarse: **RUDOLF ROMER PIERETTI**, mayor de edad, domiciliado en: **CARACAS**, de
nacionalidad: **VENEZOLANA**, de estado civil: Soltero y titular de la
cédula de identidad Nº 6.554.280. Leído el documento, confrontado con
sus fotocopias, firmado en éstas y en el presente original, el otorgante expuso: "**SU**
CONTENIDO ES CIERTO Y MIA LA FIRMA QUE APARECE AL PIE DEL
INSTRUMENTO". El Notario en tal virtud y a solicitud de la parte interesada da **FE**
PUBLICA del presente documento que contiene el acto o negocio jurídico, otorgado en
su presencia y de las copias firmadas en original que formarán los tomos Principal y
Duplicado que se llevan por ésta Notaria, quedando anotado bajo el Nº **33**, Tomo **25**,
y en presencia de los testigos **MARY SEQUERA y HENRY BARRIOS**, titulares de las
cédulas de identidad Nos. **V-6.905.263 y V-14.755.752**, respectivamente. Asimismo el
Notario Público hace constar que se dio cumplimiento a la obligación pautaada en el
ordinal segundo del Artículo 78 del Decreto Ley de Registro Público y del Notariado.
Asimismo el Notario deja constancia que para este acto se autorizó a **HENRY**
BARRIOS, titular de la cédula de identidad Nº **V-14.755.052**, funcionario de esta
Notaria, para presenciar dicho otorgamiento conforme a lo establecido en el Artículo 29
del Reglamento de Notarías Públicas, en: Av. Urdaneta, Esquina Carmelitas, Ministerio
de Finanzas, piso 9, hoy a las 2:30 PM, a petición de la parte interesada.

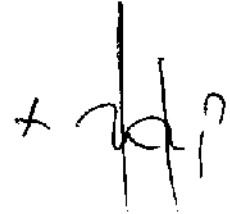
EL NOTARIO PUBLICO TRIGESIMO SEPTIMO.


Dr. JULIO A. DUNO O.
Notario Público Interino Trigesimo Séptimo
del Municipio Libertador del
Distrito Capital

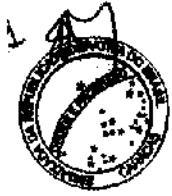
EL OTORGANTE.

LOS TESTIGOS.









EMBAIXADA DO BRASIL EM CARACAS_ SERVIÇO CONSULAR

"Reconheço verdadeira, por semelhança, a assinatura neste (ou no anexo) documento, de (12 páginas) Julio A. Duno O. Notário
Publico do Municipio Libertador, Distrito Capital,
Venezuela

Em Caracas, em 25 / 05 / 2005 . B, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar, com o selo deste Serviço Consular. Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o artigo 2º, do Decreto 84.451, de 31.1.80.
Pagou GRATIS, ou RS — Tabela 930 alb, Câmbio —

Francisco Chapu Catunda Resende

F. C. Catunda Resende
Encarregado do Serviço Consular



BNDES
Fornecido por SIC - BNDES
Lei 12.527/2011

